



IMPACTOS DA COVID-19 JUNTO À CLASSE TRABALHADORA SOB A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL

GELIANY APARECIDA MENEZES COSTA; MAICOM MARQUES DE PAULA

RESUMO

O ano de 2020 se iniciou e junto com ele uma grave situação tomou de assalto a população mundial em face do que ficou conhecida como Pandemia da COVID-19. Os impactos; naturais, referentes à saúde e econômicos foram de proporções gigantescas. A iniciativa do isolamento social na maioria dos países e de lockdown em outros, alterou drasticamente as formas de vida, as relações sociais e de trabalho da população, somadas à ausência de políticas públicas que garantissem a sobrevivência da classe trabalhadora. Frente a essa realidade, este estudo analisou os impactos da Pandemia da COVID-19 sob a classe trabalhadora nos espaços identificados e marcados pelo racismo ambiental na cidade de Cláudio-Minas Gerais, utilizando como método de trabalho as pesquisas; bibliográfica, qualitativa, entrevista semiestruturada e o estudo observacional. Foram mapeados, identificados e visitados, no período diurno e noturno, 05 (cinco) bairros do referido município com indícios do racismo ambiental e nestes selecionados aleatoriamente 7 (sete) moradores, cujas identidades foram preservadas, para resposta à entrevista semiestruturada constituída de quatro perguntas norteadoras relacionadas às potencialidades e dificuldades cotidianas de cada bairro. Identificou-se a presença do racismo ambiental nestes espaços e seus negativos impactos sob a população residente, materializados na coleta de lixo insuficiente/acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto, lotes vagos e sujos, animais soltos nas ruas, asfalto precário ou a ausência deste, iluminação pública precária, policiamento ineficiente, poluição, transporte público insuficiente, pouca oferta de serviços/comércio, inexistência de espaços para lazer, ausência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pouca ou nenhuma informação/identificação das ruas, potencializados pelo surgimento da Covid-19. Percebeu-se a ausência do poder público nestes espaços, limitando a garantia de direitos da população, o que nos possibilita inferir que o enfrentamento ao capitalismo e um maior investimento nas políticas públicas faz-se necessário para diminuir o abismo entre as classes sociais e promover a garantia de direitos.

Palavras-chave: Categorias de trabalhadores; COVID-19; Pandemia; Políticas Públicas; Racismo Ambiental;

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, uma epidemia de pneumonia atingiu um grupo de vendedores ambulantes no mercado de frutos do mar de Huanan, característico pelo comércio de animais vivos. Já nos primeiros meses de 2020, o aparecimento de diversos casos de pneumonia atípica fizera com que governo e médicos da cidade de Wuhan, capital da Província de Hubei na China, alertassem para o que seria uma das mais rápidas e drásticas mutações de um vírus, desencadeando uma doença denominada como *Coronavirus Disease – 2019* (COVID-19) cujos infectados apresentavam diagnósticos variados como infecções assintomáticas, tosse, febre, sintomas gripais e quadros graves respiratórios com possibilidade de morte. Dada a sua rápida

disseminação, a COVID-19 foi declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Estratégias como uso de máscaras, isolamento social, *lockdown*, barreiras em rodovias, cancelamento de voos, dentre outras, foram adotadas em todo o mundo visando minimizar os impactos econômicos e perdas de vidas humanas. Conforme Paula (2020), o distanciamento social, higienização frequente, ausência de toques e contatos físicos foram necessários para evitar o contágio. Esse novo *modus operandi* impactou diretamente as relações pessoais e familiares, o mundo do trabalho, as formas de consumo, como os demais espaços da vida cotidiana.

No Brasil, o aparecimento da COVID-19 se deu no 1º trimestre de 2020, momento em que 12,9 milhões de pessoas incorporavam a massa de desempregados, número rapidamente superado frente ao cenário pandêmico, acentuando as desigualdades e contradições sociais advindas principalmente das precariedades do trabalho, da informalidade e recorrente perda de direitos, frutos das contrarreformas do estado. Somaram-se a isso, a ausência de políticas públicas que garantissem a sobrevivência da classe trabalhadora (PRAUN, 2020).

Em 2020 economia e pandemia foram palavras centrais em todos os debates, e num país de significativas desigualdades como o Brasil, CPF e CNPJ concorreram acirradamente pela escolha de qual salvar, o que revela um estado de exceção, que perpetua o genocídio produzindo ainda mais vítimas do capitalismo e da necroeconomia neoliberal.

O aparecimento de doenças como a COVID-19 se relaciona à degradação ambiental e social. As condições ambientais se remodelam de acordo com o capital e sofrem consequências mediante forças evolutivas ou não intencionais, resultado das ações humanas, que visando vantagens econômicas provocam a exploração de animais silvestres, desmatamentos, queimadas e propiciam o aparecimento de vírus, bem como suas diversas mutações (HARVEY, 2020).

Tal pensamento, se alinha ao que conceituamos racismo ambiental; conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana justificada pelo desenvolvimento e naturalizada pela inferioridade de determinados segmentos da população que sofre os impactos negativos do crescimento econômico, é relegada a condições precárias de vida e os ambientes urbanos ou rurais nos quais reside, tornam-se espaços periféricos, órfãos de investimentos do poder público (HERCULANO, 2006).

Para, além disso, conforme nos aponta Acselrad (2004a) a existência da intersecção entre raça e meio ambiente, infere ao racismo ambiental a prática da destinação às comunidades e populações negras, indígenas, imigrantes, não-brancas, os piores efeitos da degradação ambiental, de tal modo que conflitos causados pelo racismo ambiental não considerem o território e sim a economia mais forte, a cultura mais aceita.

Objetivando identificar e avaliar os impactos da COVID-19 junto a classe trabalhadora, em especial nos espaços marcados pelo racismo ambiental na cidade de Cláudio/Minas Gerais, este estudo adotou como procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa e bibliográfica, a entrevista semiestruturada e o estudo observacional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica direcionou-se à literatura relacionada ao objeto de estudo e indexada nas bases de dados; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), portal de periódicos eletrônicos do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e portal de Periódicos da CAPES. Utilizou-se de descritores como: Categorias de Trabalhadores, COVID-19, Racismo Ambiental e Território.

Foram selecionadas apenas as publicações relevantes ao tema, publicadas no período de 1990 (ano em que surge o primeiro conceito de Racismo Ambiental apresentado por Benjamin Chavis) a 2020, no idioma português, totalizando 20 artigos.

O trabalho de campo; estudo observacional e entrevista semiestruturada, ancorou-se nos conceitos apresentados por MARCONI; LAKATOS, 2007 e COOPER; SCHINDLER, 2003.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapeou-se 05(cinco) bairros do município com indicativos da existência do racismo ambiental. Os dados primários foram colhidos através da observação dos pesquisadores; realização de visitas aos bairros nos períodos diurno e noturno, definição de quatro perguntas norteadoras relacionadas às potencialidades e dificuldades cotidianas de cada bairro e aplicação do questionário semiestruturado, através de meio eletrônico, a 07(sete) moradores dos bairros selecionados, escolhidos aleatoriamente e cujas identidades foram preservadas.

Os principais “problemas” identificados durante o estudo observacional (visita in loco) e reafirmados pelos sujeitos da pesquisa (reposta ao questionário semiestruturado) foram; coleta de lixo insuficiente/acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto, lotes vagos e sujos, animais soltos nas ruas, asfalto precário ou a ausência deste, iluminação pública precária, policiamento ineficiente e poluição, transporte público insuficiente, pouca oferta de serviços/comércio, distância considerável do centro urbano, inexistência de espaços para lazer, ausência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pouca ou nenhuma informação/identificação das ruas, circunstâncias que demonstram a falta do poder público nestes espaços, limitando a garantia de direitos da população.

Os relatos abaixo, ilustram o contexto e a percepção dos moradores destas localidades;

“O principal problema é o esgoto a céu aberto, a falta de saneamento básico e tratamento de esgoto, poucos dias de coleta de lixo, causando internações, afetando a saúde e tornando o local insalubre” (Sabiá, 22 anos).

“É um bairro que tem muita criança que fica brincando ali na rua, o povo fica muito na rua, bairro de periferia mesmo, o povo sentado nas calçadas conversando até tarde, coisas que você não verá no centro da cidade” (Andorinha, 31 anos).

“Dias de chuva as ruas ficam inundadas de lama quase difícil acessar, se pudesse mudar meu bairro, eu colocaria comércios, lotérica, hospital, porque a distância do centro é muito longe e eu não tenho carro pra ir e faria um jardim para as crianças” (Bem-te-vi, 40 anos).

“O posto de saúde fica noutra bairro, tem que aglomerar e juntar com o povo de outros bairros para poder ser atendido, desse bairro, das casinhas populares, dos conjuntos dos predinhos, além do bairro em si” (Canário, 40 anos).

“Todas as pessoas do bairro trabalham em localidades mais distantes, raro são os que trabalham próximo, pois existem poucas indústrias aqui perto do bairro, então é um deslocamento bem grande, a maioria vai de lotação ou a pé mesmo, com ruas de péssima acessibilidade e iluminação ruim na volta pra casa” (Canário, 40 anos).

Embora se atribua um caráter democrático à COVID-19 no que tange a indistinta possibilidade de contaminação por todos os sujeitos, independente de classe ou qualquer outro recorte social, tornou-se evidente que os fatores de risco à exposição/contaminação, possibilidades e acesso a tratamentos não se apresentam de forma igualitária. Assim a pandemia da COVID-19 reforçou a existência da divisão de classes ao escancarar que de um lado concentraram-se aqueles com condições de se manter isolados, utilizando dos planos de saúde e desenvolvendo suas funções laborais à distância, e de outro a esmagadora maioria da população, constitutiva da classe trabalhadora, com baixos salários, moradias precarizadas, sem a oferta da segurança necessária.

Considerando que as populações pobres são mais suscetíveis a ter doenças crônicas, isso os coloca em maior risco de mortalidade associada a Covid-19. A dificuldade do acesso, que já existia, acentua a vulnerabilidade desta população nesse momento de crise [...] muitas dessas pessoas não têm condições de seguir as orientações das entidades de saúde para evitar a transmissão e o contágio pela Covid-19, como isolamento social e higiene adequada. Boa parte delas vive em comunidades com grande densidade populacional, em residências precárias e com pouco, ou nenhum, acesso à água limpa e saneamento. Nesse sentido, indivíduos e comunidades que já viviam em situação de vulnerabilidade antes da pandemia, hoje se encontram em uma conjuntura muito mais grave e complexa, que é intensificada pela crise da Saúde (FERNANDES; ORTEGA, 2020, p. 8).

O racismo é estruturante da sociedade e em momentos críticos como da pandemia da COVID-19 são nos locais com maior concentração de moradores, pertencentes a classes menos abastadas que se identifica a presença do racismo ambiental; falta de saneamento, alta densidade demográfica, impossibilidade de distanciamento social, ausência dos serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura que também se evidenciaram os maiores índices de contágios pelo coronavírus.

Ao se deparar com as situações/problemas existentes nos territórios pesquisados, através do estudo observacional e relatos dos moradores tornou-se evidente a dicotomia entre os diferentes espaços/territórios sociais, constituintes de um mesmo município, bem como a divisão de classes ali presente, fruto do sistema capitalista.

A ausência de serviços e equipamentos de Saúde e da Assistência Social próximos aos 05(cinco) bairros pesquisados/visitados, infere a necessária reorganização e priorização da alocação de recursos e oferta de maior cobertura de atendimento pelos serviços pertencentes as diferentes políticas públicas, pois o racismo ambiental traz exatamente essa perspectiva, de que se destina a certas comunidades o mínimo possível perpetuando as desigualdades entre aqueles considerados diferentes.

Em março de 2021, quando encerramos este estudo, já se somavam 12 meses do início da pandemia e o município de Cláudio/MG aderiu a chamada onda roxa, contudo permanecia com suas atividades quase que normalmente, principalmente nos setores industriais e comerciais.

Em meio a decretos, restrições e fiscalizações pouco se percebia em relação a atitudes de cuidado e prevenção da população, que em boa parte seguia com o negacionismo da doença, com discursos de que *“a economia não poderia parar, que a fome iria assolar, como seria possível manter as condições de subsistência”* acompanhando o discurso produzido e reproduzido pelo presidente da república à época.

A classe trabalhadora se mantinha exposta, sob constante risco de contágio, pois se mantivera em seus postos de trabalho para garantia de seu sustento, conforme assinalaram as entrevistadas Canário; *“com a COVID19 houve um aumento de desemprego, por isso os que ainda estão trabalhando, se arriscam para dar o sustento à família”*, e Sabiá; *“temos que pegar lotação e sempre tá cheia, é um risco que temos que correr, se precisamos deslocar até o centro ou nossos trabalhos”*.

4 CONCLUSÃO

Apesar das recomendações da Organização Mundial da Saúde com vista a evitar o contágio e as consequências do adoecimento pela Covid-19, a classe trabalhadora, principalmente a parcela residente nos espaços em que se identifica o racismo ambiental se manteve exposta, sob constante risco de contágio, pois necessitava preservar seus postos de trabalho e a garantia do seu sustento.

Conforme aponta Soto (2008), *“as cidades brasileiras expõem legados históricos que constituem dívidas sócio territoriais acumuladas durante séculos de urbanização segundo*

padrões desiguais do ponto de vista social, excludente do ponto de vista territorial e predatório do ponto de vista ambiental”.

Esse cenário demonstra a fragilidade nas políticas sociais, pois não se constituem no espaço sócio-histórico e sim no processo urbano-social excludente, onde a lógica mercadológica vai além da política urbana.

O Brasil encontra-se entre os países com as maiores cargas tributárias do mundo, em algum momento estes tributos necessitam retornar para a sociedade, seja através da manutenção, melhoria e ampliação dos serviços e políticas públicas, da criação de políticas afirmativas, de transferência de renda, ou da inovação e efetivação de uma política de renda básica e permanente.

Não se trata de promover privilégios, como os concedidos aos altos escalões dos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas do exercício do direito a renda a todo cidadão que contribui para a produção da riqueza desse país. Urge compreender que o capitalismo, o liberalismo econômico, o neoliberalismo são modelos que propiciam a riqueza de poucos em detrimento da pobreza de muitos. Funcionam como instrumentos de manutenção das desigualdades, da ampliação dos abismos entre diferentes classes e da agudização das questões sociais. Logo não servem para a humanidade. O período da pandemia fora também um convite a reinvenção da vida, das relações entre os sujeitos, destes consigo mesmos, com a natureza, com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.) (2004a). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FERNANDES, Luisa; ORTEGA, Francisco. **A atenção primária no Rio de Janeiro em tempo de COVID19**. Physis, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 1-11, jun./2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n3/e300309/pt>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HARVEY, David. *et al.* **Coronavírus e a luta de classes - Política Anticapitalista em Tempos de COVID-19**. 1. ed. Brasil: Terra sem amos, 2020. p. 5-48.

HERCULANO, Selene (2006). **“Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. Consultado a 02.08.2020
em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/la-como-ca.pdf>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, Maicom Marques (2020) - **É preciso reinventar a vida**. Boletim Trimestral Conexão Gerais. Ano 5, Nº 18, abril, maio e junho de 2020, p. 4-6.

PRAUN, Luci. **A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020, e00297129. DOI: 10.1590/1981-7746sol00297.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana**. In: Estudos Sociedade Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, p. 109-131, abril 2008.